



DIVULGAÇÃO DE COLETÂNEA

Com intuito de divulgar o lançamento da coletânea de livros intitulados “Controle Social de territórios: Teoria e Prática” (Volumes de 1 à 4), as edições 5 e 6 da Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial (CSDT), vem exibir as apresentações de todas as edições o prefácios (do 2º volume) e o posfácios (do 1º volume), sendo especificamente divididos os volumes 1 e 2 na 5ª edição da Revista (Janeiro – Junho, 2019) e os volumes 3 e 4 na 6ª edição – ESTA EDIÇÃO - desta Revista (Julho – dezembro, 2019).

As quatro obras foram financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC), atendendo as diretrizes estabelecidas pelo projeto Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento, em atenção ao Edital 55/2013 CAPES/Pró-Integração/MI, que teve como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre pesquisadores vinculados a diferentes instituições de ensino superior - IES, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos (RH) em nível

de pós-graduação stricto sensu acadêmico, que incluía entre as atividades o lançamento de obras acadêmicas, vinculadas ao segmento de gestão e controle social.

Estas obras foram promovidas em parceria entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade federal do Tocantins (UFT) e instituições colaboradoras, como por exemplo a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina), Universidad de Los Lagos (Chile) e Universidad Andina, Simon Bolívar (Equador), entre outras.

O volume número 1 foi publicada pela Editora Universitária da Universidade Federal de Tocantins (EdUFT) e as demais edições (2 à 4), pela Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), tais praticas visam a cooperação das instituições de ensino e contribuem para a difusão dos estudos científicos e tecnológicos no Brasil.

Controle Social de Territórios:

Teoria e Prática

Volume 3



Lamounier Erthal Villela, Fernando Guilherme Tenório. (Orgs.)

Ed. Unijui, 2018. v.3

ISBN 978-85-419-0260-1 (impresso)

ISBN 987-85-419-0262-5 (digital)

Apresentação

Como já foi observado nos dois volumes que antecedem a este de número 3, o presente livro que ora apresentamos também faz parte de 4 outros que compõem os resultados do projeto Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento em atenção ao Edital Capes 55/2013 – Pro-Integração cujo período de execução compreendeu os anos de 2014 a 2018.

O tema central desse projeto e que aqui será ilustrado por meios conceituais e práticos, considera que o controle social e o “ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade,

por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados a disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo”.¹ O conteúdo deste terceiro livro, portanto, procura dar continuidade aos dois anteriores.

O diferencial deste volume em relação aos demais diz respeito a que seu conteúdo e a reprodução, por meio de seleção, de dez artigos publicados pela revista do projeto – Controle Social e Desenvolvimento Territorial (CSDT) no site <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/csdt>>. Desde quando o projeto Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento foi apresentado e selecionado pela Capes, um dos seus objetivos seria a criação de um periódico eletrônico com o objetivo não só de divulgar artigos externos que vinham ao encontro do objeto de estudo do projeto, o controle social do desenvolvimento, mas, também, ser o espaço de divulgação dos resultados oriundos do mesmo projeto. Mesmo correndo o risco de o periódico ser reconhecido como reprodutor endógeno, valeu a pena correr este risco, uma vez que a limitação no tempo do projeto impediria que os artigos e/ou análises dele resultantes fossem divulgados em outros periódicos.

A semelhança dos dois volumes anteriores, da mesma forma dividimos o livro em duas partes: a primeira, composta de quatro capítulos, será dedicada a compreensão teórica de conceitos que possam ilustrar o controle social de territórios; a segunda parte estará voltada para expor experiências não só oriundas do projeto, mas também de outras instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras. Adotando o mesmo critério adotado nos volumes anteriores, os nomes dos autores serão identificados em cada um dos capítulos.

Outro aspecto importante foi a possibilidade de reunir artigos de diferentes territórios do Brasil e da América Latina, ampliando, assim, tanto aspectos teóricos como as diferentes práticas. Seguem aspectos sintéticos dos capítulos elaborados a partir dos resumos enviados pelos autores.

PARTE 1

Aspectos teóricos, estruturais e institucionais do controle social nos espaços e territórios locais.

Capítulo 1: Interfaces conceituais entre patriotismo constitucional e gestão social: um estudo de caso

O capítulo propõe analisar o conceito de patriotismo constitucional e sua relação com a gestão social. Foi realizado um estudo de caso nas províncias de Imbabura e Pichincha, no Equador, tendo sido efetuadas entrevistas abertas em profundidade com líderes comunitários e representantes do governo. A avaliação da relação entre patriotismo constitucional e gestão social deu-se pela análise da coerência entre as postulações da Constituição equatoriana de 2008 voltadas a institucionalização da participação cidadã e os discursos dos entrevistados.

Capítulo 2: Apuntes de la participación para el desarrollo local en el contexto rural

O capítulo mostra como algumas concepções tradicionais do conceito de desenvolvimento fundamentado nas métricas econômicas vem sendo substituídas por novas concepções em que o homem passa a ser o agente central do “progresso”. Nesse sentido observa-se que o uso das capacidades humanas, o respeito pela diversidade, o cuidado do meio ambiente são algumas das referências fundamentais nas propostas para o desenvolvimento endógeno. Os novos usos do espaço rural em termos deste desenvolvimento envolvem uma crescente participação e o controle social nos processos decisórios.

Capítulo 3: Institucionalización del Principio de Colaboración de Poderes en las Políticas Públicas: problema y posibilidad en el Perú

O capítulo demonstra como o princípio da separação de poderes do Estado não pode ser sustentado sem a existência do “princípio da colaboração”. O autor ressalta a urgência em institucionalizar nos Estados – que ainda possuem rigidez estrutural com compartimentos estanques e funções sobrepostas – mecanismos de articulação vertical e horizontal na formulação, execução e controle de políticas públicas, assim promovendo um Estado articulado, flexível e inclusivo, típico de uma sociedade aberta, horizontal e participativa. Nesse esforço democrático, o autor

apresenta quatro experiências de colaboração de poderes no Peru.

Capítulo 4: Los agricultores familiares y la prensa tecno-agraria: imaginarios tecnológicos en diálogo (in)tenso

O autor coloca em evidência a contradição existente entre o real e o apresentado pelos meios de comunicação. Duas perguntas centrais são apresentadas: Que ideias apresentam as notícias da imprensa agrária sobre questões agroecológicas? Quais são as interpretações dos agricultores familiares sobre estas mensagens? A mídia apresenta uma agricultura intensiva em tecnologias com novas formas de produção que se adequam somente a grande produção agrícola. As pesquisas, no entanto, indicam que os agricultores locais, que produzem em menores escalas, demandam tecnologias apropriadas às suas condições produtivas, sociais e culturais, existindo um forte hiato entre o que é divulgado pelas mídias e o que necessitam os atores locais.

PARTE 2

Políticas públicas aplicadas, práticas e experiências em controle social e desenvolvimento territorial

Capítulo 5: Participación, control social, transparencia y asociatividad en una acción de gobierno en Chile: el caso del FIC apícola

O capítulo analisa como se dão as relações entre os atores envolvidos no Projeto de Inovação e Competitividade – FIC – coordenado pela Universidad de Los Lagos, aplicado à apicultura em sua região no Chile. Antes de o projeto entrar em execução já existiam duas cooperativas, uma associação e um comitê de produtores de mel em Los Lagos, no entanto estes não desenvolviam atividades conjuntas, nem estavam organizados em rede produtiva.

Logo, o projeto do governo executado pela Universidade e pelos poderes públicos locais trouxe uma nova dinâmica produtiva para os produtores

que conjuntamente ampliaram suas capacidades produtivas e inovaram na produção de mel. Uma pesquisa foi feita com os beneficiários de tal projeto para conhecer a sua percepção e opinião a respeito da ação do governo no projeto.

Os resultados indicam que os beneficiários/atores da sociedade civil pesquisados sentem-se distantes das políticas públicas em relação às temáticas de associatividades, que é considerada como uma temática própria, e participam do comitê diretivo do projeto.

Capítulo 6: Desenvolvimento Territorial Rural em Perspectiva Comparada: Brasil e Argentina

O capítulo apresenta o enfoque de políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural adotado em países latino-americanos com a finalidade de oferecerem soluções inovadoras às políticas setoriais e aos desafios da sociedade e da economia, tais como pobreza e desigualdade regional, articulações rural-urbano, ampliação de espaços participativos, identidade e coesão social.

Tais políticas buscam garantir o seu reconhecimento e empoderamento para a gestão do território. Dentro deste referencial o artigo buscou comparar políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil e na Argentina, a saber: Programa Territórios da Cidadania, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios, do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária do Ministério da Agricultura, Ganaderia y Pesca, respectivamente. O método da pesquisa consistiu no estudo de caso comparado entre territórios rurais abrangidos pelos respectivos

programas: Território da Cidadania Noroeste Fluminense, no Brasil, e o Território Oeste Pampiano, na Argentina. Os resultados apontam que no caso brasileiro, a finalidade da política de desenvolvimento territorial rural estava inserida na agenda do governo federal em reduzir a pobreza e direcionar ações para áreas do interior do país mais deficitárias. Já no caso argentino, ocorreu o alinhamento entre o enfoque territorial e a promoção da extensão rural, inovação tecnológica e organizacional.

Capítulo 7: Controle Social Local Diante das Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí (RJ)

Este capítulo apresenta as principais transformações no território do município de Itaguaí (RJ), tomando como foco de análise a região da Ilha da Madeira e os megaempreendimentos fixados na localidade, entre os quais: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a nova base naval da Marinha do Brasil, o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste, a planta logística da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Usina Siderúrgica Minas Gerais (Usiminas). Os megaempreendimentos do município impulsionam uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais, acarretando expansão industrial, urbana e demográfica. Em meio a este cenário, no entanto, nota-se a fragilidade das instituições do município de Itaguaí no sentido de promover o controle social das políticas de desenvolvimento do território local. Foram associatividades, que é considerada como uma temática própria, e participam do comitê diretivo do projeto.

Capítulo 6: Desenvolvimento Territorial Rural em Perspectiva Comparada: Brasil e Argentina

O capítulo apresenta o enfoque de políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural adotado em países latino-americanos com a finalidade de oferecerem soluções inovadoras às políticas setoriais e aos desafios da sociedade e da economia, tais como pobreza e desigualdade regional, articulações rural-urbano, ampliação de espaços participativos, identidade e coesão social.

Tais políticas buscam garantir o seu reconhecimento e empoderamento para a gestão do Território. Dentro deste referencial o artigo buscou comparar políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil e na Argentina, a saber: Programa Territórios da Cidadania, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios, do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária do Ministerio da Agricultura, Ganaderia y Pesca, respectivamente. O método da pesquisa consistiu no estudo de caso comparado entre territórios rurais abrangidos pelos respectivos programas: Território da Cidadania Noroeste Fluminense, no Brasil, e o Território Oeste Pampiano,

na Argentina. Os resultados apontam que no caso brasileiro, a finalidade da política de desenvolvimento territorial rural estava inserida a época na agenda do governo federal em reduzir a pobreza e direcionar ações para áreas do interior do país mais deficitárias. Já no caso argentino, ocorreu o alinhamento entre o enfoque territorial e a promoção da extensão rural, inovação tecnológica e organizacional.

Capítulo 7: Controle Social Local Diante das Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí (RJ)

Este capítulo apresenta as principais transformações no Território do município de Itaguaí (RJ), tomando como foco de análise a região da Ilha da Madeira e os megaempreendimentos fixados na localidade, entre os quais: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a nova base naval da Marinha do Brasil, o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste, a planta logística da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Usina Siderúrgica Minas Gerais (Usiminas).

Os megaempreendimentos do município impulsionam uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais, acarretando expansão industrial, urbana e demográfica. Em meio a este cenário, no entanto, nota-se a fragilidade das instituições do município de Itaguaí no sentido de promover o controle social das políticas de desenvolvimento do Território local. Foram entrevistados 25 conselhos comunitários de Itaguaí e um panorama geral das instâncias de controle social foi apresentado. Identificou-se a partir da fala dos conselheiros comunitários de Itaguaí que as institucionalidades locais tornaram-se frágeis diante das abruptas transformações territoriais trazidas pelos megaempreendimentos. E as vias de controle social e de publicitação dos atos públicos, como o site da prefeitura e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDSMI) caracterizam-se como pouco dialógicos e transparentes, enquanto a sociedade civil se organiza em novas institucionalidades deliberativas – conselhos comunitários – a fim de garantir seu espaço no processo de formulação, instituição e avaliação das políticas territoriais do município.

Capítulo 8: Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto – Rio de Janeiro

O capítulo busca compreender realidades específicas no Território brasileiro na medida em que particularidades locais sofrem contínua pressão econômica, social, cultural, política, tecnológica, etc. O texto descreve como a região rural da Serra do Matoso/Serra do Piloto, Itaguaí – Mangaratiba, Baía da Ilha Grande (BIG), Rio de Janeiro – Brasil, vem buscando promover a valorização dos aspectos endógenos como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local. Tal processo vem sendo construído por práticas dialógicas, em que é necessário produzir um entendimento mútuo do discurso dos atores locais. A identificação de potencialidades para o desenvolvimento endógeno e socioeconômico local, a partir de uma predisposição geográfica territorial pode contribuir na construção de alternativas diante dos cenários globalizantes, fornecendo para os atores locais mecanismos de sobrevivência e desenvolvimento conjunto de forma coesa e mais horizontalizada.

Capítulo 9: Complexidade, realismo crítico e participação social no processo de planejamento municipal: a elaboração dos Planos Plurianuais 2014-2017

O capítulo tem por objetivo analisar como ocorre o processo de planejamento governamental de médio prazo na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Pretende-se detectar nos Planos Plurianuais dos municípios os reflexos do Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pelo Coerde Noroeste Colonial. Para tal, utilizou-se as categorias e critérios de análise de cidadania deliberativa com o objetivo de verificar como se dá o processo de elaboração dos Planos Plurianuais – PPAs – e se realmente as administrações municipais levam em consideração o Plano de Desenvolvimento Regional – PDR – do Corede-Norc. Foi observado que existem falhas na comunicação entre as prefeituras e o Corede; a maioria das prefeituras não conhece ou não procura conhecer o PDR e com isso não busca a contribuição do Corede na elaboração do PPA.

Capítulo 10: Plano Diretor Participativo de Bambuí-MG: uma análise de sua elaboração sob a ótica da cidadania deliberativa

O capítulo apresenta a participação social no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Bambuí – MG. Para tal foram feitas análises a partir das categorias da cidadania deliberativa e seus critérios de análise. Os resultados obtidos indicam que houve nível moderado de participação e mostra o nível de atendimento de cada um dos critérios da cidadania deliberativa, com a indicação de possíveis causas, o que contribui para o debate

visando a realização de Planos Diretores Participativos e suas revisões com a efetiva participação da sociedade, do mercado e do governo, buscando o atendimento amplo dos critérios.

Boa leitura.

Fernando G. Tenório
Coordenador Geral
Professor Titular da Ebape/FGV

Controle Social de Territórios:

Teoria e Prática

Volume 4



Airton Cardoso Cançado; Fernando Guilherme Tenório. (Orgs.)

Ed. Unijuí, 2018. v. 4

ISBN 978-85-419-0261-8 (impresso)

ISBN 978-85-419-0263-2 (digital)

Apresentação

Os volumes que antecedem a este de número quatro, assim como este, fazem parte dos resultados em atendimento ao projeto Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento, em atenção ao Edital Capes nº 55/2013 – Pró-Integração –, cujo período de execução compreendeu os anos de 2013 a 2018. O tema central desse projeto foi o controle social, aqui entendido como o “ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por

meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo”.

Dado que este será o volume que conclui o projeto, procuramos aqui apresentar alguns capítulos que, de uma certa forma, buscam referenciar como o projeto Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento foi executado do ponto de vista conceitual e metodológico. Como já observado na Apresentação do primeiro volume, este projeto procurou dar continuidade a outro, denominado Pró-Administração – Gestão social: ensino, pesquisa e prática, que respondeu ao Edital Capes 09/2008 entre os anos de 2010 e 2014. Enquanto o Pró-Administração – Gestão social, ensino, pesquisa e prática tinha como objetivo central estudar conceitos e experiências em gestão social, neste projeto sequencial procuramos discutir o controle social do desenvolvimento territorial. Dessa forma, este quarto volume será descrito por meio dos seguintes capítulos:

- **Capítulo 1 – Gestão e Controle Social: uma relação entre sociedade e Estado**
- **Capítulo 2 – Aspectos Metodológicos do Projeto “Gestão Social e Cidadania: o Controle Social do Desenvolvimento Regional” (Edital nº 55/2013 Pró-Integração/Capes/MI)**
- **Capítulo 3 – A Rede de Pesquisadores em Gestão Social e Cidadania: o controle social do desenvolvimento regional**
- **Capítulo 4 – O desenvolvimento da extensão e o atendimento à sociedade**
- **Capítulo 5 – Desafios na construção de um periódico científico no Brasil: o caso da Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial – CSDT**
- **Capítulo 6 – Gestão e Controle Social: perspectiva comparada**
- **Capítulo 7 – Gestão Social e Bem Viver**

Vale a pena recordar, como elemento conclusivo, uma das características primordiais deste último projeto: o método de trabalho sob a forma de rede. Por que voltamos a salientar esta característica? Porque uma pesquisa dessa natureza não é possível ser realizada e operacionalizada apenas por uma instituição. Justamente para atender ao Edital Capes nº 55/2013, três instituições de Ensino Superior, a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em aliança com outras duas Universidades – Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal de Tocantins (UFT) –, deram início ao processo de efetivação do projeto. Como, no entanto, a intenção era fazer um estudo comparativo entre Argentina, Brasil, Chile e Equador, foi necessário associar-nos com outras universidades: Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina), Universidad de Los Lagos (Chile) e Universidad Andina Simon Bolívar (Equador).

Apesar disso, percebemos a necessidade de estudar um caso brasileiro que bem-tipificasse a participação cidadã no processo de desenvolvimento regional. Assim, escolhemos as experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, contamos com a associação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) que, por meio dos recursos financeiros cedidos pelo fundo de pesquisa da FGV (Projetos de Pesquisa Aplicada – PPA), facilitou a realização das pesquisas de campo, fato que também contribuiu para que os mestrandos da Unijuí pudessem incorporar as suas respectivas dissertações. O segundo volume dessa série de quatro ilustra os resultados dessa parceria entre as instituições universitárias diretamente envolvidas no projeto (Ebape/FGV, UFRRJ e UFT) com a Unijuí, que, historicamente, vem estudando as experiências dos Coredes.

Boa leitura.

Fernando G. Tenório
Coordenador Geral
Professor Titular da Ebape/FGV